

TURISMO, (RE)PRODUÇÃO E EXPANSÃO URBANA EM PEQUENAS CIDADES: UMA LEITURA GEOGRÁFICA SOBRE MARTINS-RN/BRASIL

José Erimar dos Santos¹, Maria José Costa Fernandes², Marília Medeiros Soares³

¹ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Brasil e bolsista CAPES. E-mail: zerieval@yahoo.com.br*

² *Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Prof^a. do Departamento de Geografia da FAFIC/UERN, Campus Central, Mossoró (RN). E-mail: zezecosta1980@gmail.com*

³ *Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Prof^a. do Curso de Turismo da UERN, Campus Natal (RN). E-mail: mariliamarinho@yahoo.com.br*

Artigo recebido em 28/11/2012 e aceito em 24/01/2013

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de realização de um esboço da produção e expansão urbana na cidade de Martins (RN). Por possuir um diferencial climático bastante atrativo, onde a temperatura máxima chega aos 26,0 °C e mínima de 15,0 °C, essa cidade tem nessa condição natural o impulsionador da atividade turística, que nos últimos anos, tem intensificado as vulnerabilidades ambientais na cidade, como é o caso do processo de degradação ambiental aí existente resultante dessa atividade econômica, cujos loteadores são os sujeitos mais expressivos desse processo de degradação, com sua prática de desmatamento para a construção e vendas de loteamentos. Nesse sentido, busca-se compreender esse processo de produção e a expansão do espaço urbano em Martins, a partir da análise da atuação dos agentes imobiliários e da atividade turística, verificados nessa cidade potiguar.

Palavras-chave: Turismo; Martins; Produção do Espaço.

TOURISM, (RE) PRODUCTION, AND URBAN EXPANSION IN SMALL TOWNS: A GEOGRAPHICAL READING ABOUT MARTINS- RN/BRASIL

ABSTRACT

This work is an attempt to carry out an outline of production and urban expansion in the city of Martins (RN). By owning an attractive climate, where the maximum temperature reaches 26.0 °C and minimum of 15.0 °C, this city has in the natural condition a booster of tourism, which in recent years has intensified the environmental vulnerabilities in the city, such as the environmental degradation, resulting from this economic activity. In the city the entrepreneurs are the subject of the most significant degradation process, with its practice of deforestation for the construction and sale of allotments. Accordingly, we seek in this paper to understand the production process and the expansion of urban space in Martins, from the analysis of the performance of real estate agents and tourism.

Key-words: Tourism; Martins; Space production.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, o aumento da população urbana juntamente com o êxodo rural impulsionou o crescimento desordenado das cidades brasileiras. Consequência disso foi a alteração do processo de produção socioespacial dessas cidades, o que produziu, nas mesmas, uma nova paisagem¹, cujos processos, formas e funções são carregados de peculiaridades diversas, embora resultante de um mesmo processo – o desenvolvimento de práticas capitalistas (re)produtoras do espaço geográfico, como é o caso do turismo.

De acordo com Bley (2006),

Estamos rodeados por objetos que não foram feitos por nós e que têm uma vida e estrutura diferente da nossa e, também, por objetos que são criação do homem, construídos no decorrer do tempo. Esses objetos não são formados apenas por volumes, mas por movimentos, cores, odores e sons. Desde séculos, eles inspiram curiosidade e respeito e, na maioria das vezes, sua composição ou arranjo têm sido motivo de prazer. Nós os temos recriado em nossa imaginação

¹ Entende-se por paisagem, nesse estudo, aquilo que Santos (1994, p. 66-68) compreende acerca desse conceito geográfico, ponto de partida para uma análise geográfica. Assim, “[...] uma paisagem é uma escrita sobre outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos [...]. Num momento B, muitos elementos do momento A permanecem; e surgem novos. É a inovação triunfante que permite sair de um período e entrar em outro. A inovação traz a modificação da paisagem, que passa a ter objetos dos momentos A e B”.

e pensado neles como elementos de uma idéia a que chamamos *paisagem* (BLEY, 2006, p. 111).

Resultante da existência do homem na terra, a paisagem é o ponto de partida de entendimento dos processos e dinâmica da produção dos espaços, pois envolve os elementos de produção do espaço e seus sistemas de objetos e ações. Nesse sentido, a paisagem não é estanque e, para a realidade em estudo, tem a atividade turística uma de suas modificadoras, realidade semelhante àquela que Román (2006, p. 203) se referiu em seu estudo, ou seja,

El paisaje no es estático, se modifica constantemente, se mueve, sea de corta o larga duración, sea colectiva o individualmente, sus formas de representación también cambian, en este aspecto, El turismo como fenómeno sociocultural es un factor, que si bien no es El único, también lo modifica.

Nisso, surge a importância de se estudar geograficamente o turismo, pois

Analisar a atividade turística permite compreender a paisagem e o ambiente no contexto do uso fugaz do território, o que propicia a compreensão dos espaços produzidos para ‘consumir natureza, paisagem’, num tempo curto para indivíduos – alguns dias por ano –, e num tempo longo para a atividade turística [...] (RODRIGUES, 2000, p. 172).

Nesse contexto se insere a cidade de Martins (RN), pois se verifica nas últimas décadas, no espaço urbano dessa cidade norte rio-grandense, um processo de produção e expansão urbana, em nome da atividade turística que essa cidade comporta. No entanto, antes de trazer melhorias para a sociedade e meio ambiente locais visa reproduzir a lógica do sistema, cuja paisagem revela um modo de organização do espaço interno da cidade distinto de outros momentos do espaço geográfico, antes dessa atividade aí

implementada e desenvolvida. Assim, conforme Yázigi (2002, p. 103), a “[...] melhor coisa que uma cidade tem a oferecer ao turista é ela mesma, na medida em que cada cidade tem sua feição, seus sons, e paisagens [...]”, sendo fundamental o cuidado por parte do gestor da cidade quanto a essa questão.

A cidade de Martins está localizada no Estado do Rio Grande do Norte, na Mesorregião Oeste Potiguar, a uma distância de 360 km da capital do Estado, Natal (Mapa 1).

Mapa 1 – Rio Grande do Norte: localização geográfica de Martins



Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Os autores, 2013.

Durante os últimos anos, nota-se que a cidade vem passando por rápidas e intensas transformações em sua morfologia urbana. Os diversos agentes de produção

do espaço, sobretudo os especuladores imobiliários, que, em nome da atividade turística desenvolvida na cidade, vêm imprimindo a produção de novos espaços

de moradia e consumo e, com isso, mudanças diversas, das quais este ensaio busca tratar. Dessa forma, centra-se no objetivo de compreender esse processo de (re)produção e a expansão de seu espaço urbano, a partir da análise da atuação dos agentes imobiliários e da atividade turística verificados nessa cidade potiguar.

A pergunta que unifica este artigo, portanto, é: como a cidade de Martins vem se expandindo nos últimos anos e qual o papel e/ou impacto da atividade turística aí desenvolvida no processo de expansão e (re)produção de seu espaço urbano?

Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos que envolvem este trabalho. Sobre o espaço específico, foi desenvolvido pesquisa de campo, em que consultou-se órgãos públicos e privados; moradores mais antigos da cidade, comerciantes e agentes que contribuíram para a expansão urbana da cidade (como loteadores) e governo local. Os resultados encontram-se na estrutura deste trabalho.

Num primeiro momento se discute um pouco sobre pequenas cidades, em que se busca elencar algumas especificidades desses subespaços do espaço total, para em seguida, tratar da expansão urbana da cidade em tela, destacando o papel e as especificidades da atividade turística presente na referida cidade, à luz de um olhar geográfico. Por fim, faz-se algumas

considerações finais sobre a problemática deste ensaio.

Pequenas Cidades: uma nota

Apesar de alguns considerarem recente o enfoque sobre pequenas cidades em análises geográficas, a discussão não é tão recente quanto se afirmam. Debruçando-se sobre esses subespaços do espaço geográfico, percebe-se que já nos idos dos anos 1950 trabalhos já faziam menção a esses lugares. É o caso, por exemplo das contribuições de Harris (1956)²; Azevedo (1957), estudo no qual o autor estabelece critérios e/ou considerações de parâmetro demográfico mínimo no tocante à existência de cidade em nosso país; Geiger (1963), discute sobre a definição de cidade no Brasil e tece considerações sobre os parâmetros mínimos de definição de cidade; Juanico (1977), trata do *desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo*; Silva (1978), discutindo *o espaço fora do lugar*, traz técnicas de pesquisa sobre as pequenas cidades, buscando contribuir com a elaboração de planos de desenvolvimento, embora não discutindo parâmetros de definição desses

² Conforme o trabalho de Castro (2001, p. 200) evidencia, trata-se de uma pesquisa antropológica realizada entre os anos 1950 e 1951, acerca da cidade de Rio das Contas (BA), denominada, Minas Velhas, localizada no Planalto da Serra do Espinhaço, possuindo na época da pesquisa cerca de 1.500 habitantes.

subespaços; Santos (1979a, 1979b, 1994), faz várias proposições sobre cidades locais, esforçando-se, sobretudo do ponto de vista teórico em construir, uma definição e/ou externar uma concepção de cidade pequena que o mesmo chama de “cidade local”; Singer (1990), discutindo a *economia política da urbanização*, apresenta considerações sobre as funcionalidades das pequenas cidades; Faissol (1994), discutindo *as questões espaciais*, analisa o sistema urbano brasileiro de 1980, considerando as pequenas cidades (centros de zona e cidades sem centralidade) como o nível inferior desse sistema. Outros autores se destacam, como é o caso de Oliveira e Soares (2002); Maia (2005); Melo (2008); Gonçalves (2005); Pereira (2008); Silva, Gomes, Silva (2001; 2009), dentre outros. Entretanto, não sendo uma temática nova, carece de aprofundamentos, no âmbito da ciência geográfica, dos quais pretende-se neste trabalho buscar contribuir mediante o fenômeno da produção do espaço mediante a atividade turística.

Nota-se que de acordo com a literatura sobre esse tema, as questões acerca do ponto de vista metodológico e conceitual, é um tanto quanto divergente entre si, em suas dimensões socioespaciais, muito embora o fenômeno da pequena cidade ache-se ligado aos processos de “[...] transformações do modelo de

consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado de novos modelos de produção”, conforme Santos (1979a, p. 71). Em outras palavras, é notório que apesar de não haver um padrão para definir esses subespaços, há diversas formas de se compreendê-las. Dessa forma, sendo bastante representativas no quadro total das cidades brasileiras, estes espaços quando estudados no âmbito da Ciência geográfica ainda enfrentam dificuldades, sobretudo no que diz respeito a sua conceituação, parâmetros e metodologias.

Como um dos primeiros esforços no âmbito da ciência geográfica concernentes às cidades pequenas pode-se destacar a obra: *Espaço e Sociedade: ensaios*, do geógrafo brasileiro Milton Santos (1979a). Em capítulo intitulado: *As Cidades Locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina*, esse geógrafo esforça-se, sobretudo do ponto de vista teórico em construir, uma definição e/ou externar uma concepção de cidade pequena, que o mesmo chama de “cidade local”. Segundo ele, a cidade local corresponde à “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979a, p. 71). Vida de relações significa, portanto conceber as pequenas

cidades, antes de tudo, como um espaço, pois “sem relação não há espaço [...]” (BAUDRILLARD, 2008, p. 25).

Por essas necessidades vitais mínimas entende-se aquilo que a Associação Brasileira de Normas Técnicas, documento NBR 9284 de março de 1986 denominou de *equipamento urbano*. Ou seja, “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”.

Comentando sobre essa norma, Melo (2008, p. 343) afirma que os equipamentos urbanos contemplam as categorias: “circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infraestrutura (sistema de comunicação, energia, iluminação pública, saneamento); segurança pública e proteção; abastecimento; assistência social; administração pública; educação e saúde”. É evidente que muitas pequenas cidades brasileiras e, sobretudo aquelas localizadas no Nordeste desse país, apresentam esses equipamentos ainda de maneira deficitários ou insuficientes.

Baseado em Santos (1979a) e outros autores, Gonçalves (2005, p. 20) concebe a cidade pequena como “[...] uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço

urbano e regional”. As pequenas cidades da Mesorregião Oeste do Rio Grande do Norte tiveram sua gênese ligada aos processos de produção do espaço regional, ou seja, aos processos de fragmentação territorial, inicialmente pelo município de maior porte (GOMES, 1998; IICA, 2006), que gerou os municípios e cidades que hoje compõem essa mesorregião potiguar. Acrescenta, ainda, Gonçalves (2005, p. 20), que “as dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas [...]”, são os principais elementos que caracterizam cidades pequenas, analisando essa categoria de cidade no Agreste Potiguar³. Esse conjunto de elementos é muito expressivo nas pequenas cidades da Mesorregião Oeste Potiguar, sendo a dinâmica socioespacial que os municípios e, neste caso, as sedes urbanas dos mesmos apresentam, ligando-se a esses elementos inerentes à configuração desses espaços enquanto cidades dessa categoria.

Partindo dos critérios populacionais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) define as pequenas cidades como sendo

³ Acerca de uma leitura mais abrangente sobre as pequenas cidades, no Estado do Rio Grande do Norte, ver Silva, Gomes e Silva (2009).

aquele aglomerado populacional composto de população inferior a 20 mil habitantes. Desse número, até 500 mil habitantes, esse mesmo órgão as denomina de cidades médias; e, acima de 500 mil habitantes, nomeia-as de grandes cidades. Nesse critério, Martins se insere como uma pequena cidade, uma vez que possui apenas 5.036 habitantes, conforme (IBGE, 2010).

Comungando com esse critério de classificação das pequenas cidades, Maia (2005) assegura que não devemos deixar de considerar o critério populacional, no estudo das pequenas cidades, deixando claro que não é correto partir somente dele.

Ainda com relação à discussão metodológica e conceitual sobre as pequenas cidades, vale ressaltar aquela apresentada por Pereira (2008, p. 2), que ao discordar da visão de Santos (1979a), afirma que

[...] não podemos adotar, de forma generalizada, o conceito de cidades locais, utilizado por Santos (1979[a]) [...] esse conceito pode ser aplicável nas áreas de maior modernização, todavia há um grande número de cidades que não apresentam inovações sendo que, em muitos casos, não possuem sequer a capacidade de suprir sua população com a oferta de serviços e produtos de consumo básico.

Essa autora propõe ainda que sejam levadas em conta algumas características

no estudo das pequenas cidades, quais sejam: a baixa oferta de serviços de saúde, de segurança e de educação, bem como também a pouca articulação que essas categorias de cidades têm com o seu entorno, incipientes atividades econômicas e a grande predominância do rural.

Já para Fresca (2010, p. 76), a “palavra pequena é um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área - no sentido mensurável - ocupada por uma cidade”. Ressalta ainda essa autora, que os termos *centros locais* e *pequenas cidades* são utilizados muitas das vezes como sinônimos, sendo cada um portador de significado distinto.

Baseados nesses pressupostos, Bezerra e Lima (2011, p. 44) consideram relevantes os estudos sobre as pequenas cidades, reconhecendo, portanto a fragilidade metodológica de sua conceituação, afirmando que:

As dificuldades no estudo das pequenas cidades passam por algumas questões fundamentais, dentre as quais a fragilidade na elaboração de um arcabouço teórico metodológico para o estudo de tais espaços; a importância dada ao tema, já que os principais estudos sobre o fenômeno urbano brasileiro versam sobre as grandes cidades; além da grande diversidade e heterogeneidade regional brasileira.

Ademais, entende-se que a pequena cidade deve ser definida mediante as relações que são estabelecidas no âmbito da divisão territorial do trabalho que se processa no contexto urbano-regional, o qual a cidade encontra-se inserida, levando-se em conta ainda o estágio das dinâmicas maiores do espaço geográfico no contexto em que se insere e que instiga. Partindo disso, busca-se refletir um pouco sobre a cidade de Martins, destacando seus principais problemas quanto à lógica de (re)produção de seu espaço, à luz de uma análise geográfica que enfoca a expansão urbana dessa cidade, após tecer-se algumas considerações sobre turismo e produção do espaço.

Turismo e (Re)produção do Espaço

Para Carlos (1994) o espaço é produto, condição e meio de toda a atividade humana. É o espaço, portanto, um produto histórico e social, produtor e produto das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio, mediadas pelo trabalho. Conforme Santos (2009, p. 63):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à

criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

É sabido que o turismo é uma atividade socioespacial capaz de transformar significativamente o espaço ao qual se apropria, configurando todo um sistema de objetos e ações, cuja paisagem passa ser estruturada com todo um sistema de infraestrutura (pousadas, hotéis, restaurantes, mirantes, bares etc.) e vias de circulação. Nesse sentido, é indiscutível que essa atividade não seja (re)produtora e também (re)ordenadora de uma realidade local, pois a sua sobrevivência no espaço onde ocorre implica em transformações no mesmo à sua conveniência, tanto no meio ambiente “natural”, quanto no humano, já que o turismo proporciona, em seu território, uma circulação de pessoas, de bens e de serviços.

A construção da atividade turística em um determinado espaço implica a valorização do mesmo, havendo uma transformação do patrimônio natural, entendido aqui como objetos naturais, em objetos humanos/antrópicos/sociais. Isso porque o turismo é uma atividade cooptada pelo mercado econômico e, basicamente todas as atividades configuradas no espaço palco desse fenômeno, os sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2009), se tornam condição para que o

mesmo venha a ocorrer. Conforme ensina Cruz (2000, p. 18), “essa readequação significa, do ponto de vista de uma análise espacial, a criação de um sistema de objetos que dê familiaridade ao novo sistema de ações trazido pela demanda social do turismo” sendo, pois, um agente de (re)produção do capital e (re)produção espacial.

Sendo o espaço (re)produzido pelo turismo sua dinamicidade é uma marca presente. Assim, a noção de espaço como mero palco das atividades humanas é excluída dessa concepção, uma vez que esta passou a ser superada pela ideia do espaço como produto de relações sociais determinadas e determinantes, a qual concebe uma abordagem materialista histórico-dialética. No dizer de Santos (1991, p. 64), “a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais [...]”, em que se constata que “[...] não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (idem p. 88). Nesse sentido, além do espaço ser uma produção social é também um produto histórico, sendo sua produção dependente do momento histórico que a sociedade vive, da dialética, portanto, inerente a esse processo.

Diante de tudo isso, compreende-se e afirma-se que a (re)produção do espaço é

uma consequência e condicionantes das relações dialéticas entre processos econômicos, políticos, culturais, sociais, processos estes que manifestam-se espacialmente, articulados de maneira complexa a um sistema de objetos e um sistema de ações, que se materializam e se normatizam no espaço. Esses processos se ligam às dinâmicas de transformação tempo-social.

Nesse jogo de relações que envolve a atividade turística, não se pode negar o papel dos agentes que contribuem para (re)produção espacial na área. Dessa forma, é preciso identificar e analisar os papéis dos agentes de (re)produção de espaços para o turismo, que no caso de Martins se atrelam mais aos agentes da iniciativa privada, os próprios turistas, o governo público municipal e os moradores locais, que ora são coadjuvantes dessa atividade, ora são contra-racionalidades à essa atividade no lugar.

EXPANSÃO URBANA EM MARTINS (RN) E O PAPEL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA (RE)PRODUÇÃO DESSE ESPAÇO

De acordo com Carlos (2004), pelo fato de a cidade ser o produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, não se pode falar em expansão urbana sem que se reporte à história acerca

da produção do espaço urbano, pois a retrospectiva histórica revela ações passadas, que impossibilitam pensar a cidade dissociada da sociedade e do momento histórico, fato percebido em Martins.

Considerada como uma das cidades do Pólo Turístico Serrano do Estado do Rio Grande do Norte, juntamente com a cidade de Luis Gomes (RN) e Portalegre (RN), a cidade de Martins é destaca no estado potiguar pelo seu clima ameno, justamente por estar localizada num planalto com altitude de 760m, sendo esse formado por rochas sedimentares do período terciário, conforme o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA, 2008). Isso faz com que a cidade conte com temperaturas médias entre 16°C nos meses mais frios, e 25°C nos mais quentes, proporcionando um clima agradável o ano inteiro.

A configuração territorial de Martins na atualidade resulta de diversos processos internos e externos à cidade, tendo sua origem na formação socioespacial de seu município.

O município de Martins se localiza na serra de mesmo nome, cujo processo de colonização começou a ser iniciado no século XIX pelo português Francisco Martins Roriz, ocasião em que o mesmo fundou no alto da serra uma fazenda para criar e plantar (MORAIS, 1998). Isso

acabou despertando a atenção de outros colonos, que logo foram morar na serra, e assim, deu-se início a formação de um povoado próximo à Lagoa dos Ingás.

Conforme o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA, 2008, p. 6),

Francisco Martins responsabilizou-se pela construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, assumiu o comando da serra e contribuiu muito para desenvolvimento do povoado através da prática de vários trabalhos. Em 1779, sua atuação naquela região era tão intensa que o povo da localidade de Serra da Conceição, nome oficial do povoado, passou a chamar área de Serra do Capitão Martins ou simplesmente Serra dos Martins. A vontade do povo prevaleceu e tornou-se realidade quando no dia 10 de novembro de 1841, através da Lei nº 71, o povoado desmembrou-se de Portalegre, ao mesmo tempo em que criado o município da Maioridade [que seis depois passou a se chamar Martins].

Ademais, é a década de 1990 o marco inicial para a nova configuração espacial de Martins. Nesse período, é verificado na cidade reformas em antigos órgãos públicos, bem como ainda construção e implementação de infraestrutura e novos equipamentos urbanos, embora alguns tiveram sua gênese bem antes, como a pavimentação da BR-405 que liga a cidade de Mossoró à cidade de Luis Gomes, que de certa forma

favoreceu Martins nesse processo de suporte à atividade turística, possibilitando que se criassem vias de acesso mais significativa a esse espaço potiguar.

É o turismo entendido aqui na acepção de Coriolano: “uma atividade séria de caráter essencialmente social por envolver antes de tudo gente e, em segundo plano, uma atividade econômica por envolver capital [...]” (CORIOLANO 1996 *apud* ARAÚJO, 2002, p.20). Daí uma das importâncias de se levar em conta essa atividade no processo de produção e reprodução do espaço em análise. Assim, é verificado que em Martins há, nas atividades, estabelecimentos e práticas socioespaciais, hotéis, pousadas, bares e restaurantes, marcas de um crescimento considerável nos últimos 20 anos através de investimentos governamentais e da iniciativa privada, que repercutem diretamente na organização de seu espaço⁴.

Martins destaca-se cada vez mais no cenário turístico do estado do Rio Grande do Norte, justamente por contar

com um clima ameno o ano inteiro, belas paisagens e uma diversidade de patrimônios históricos e culturais. Isso faz lembrar Coriolano (1996), quando deixa evidente que para os turistas as paisagens são os cenários de suas visitas e contemplações. Nesse sentido, os agentes da produção do turismo de Martins produzem mercadorias paisagísticas para serem consumidas o ano inteiro, em diversas possibilidades de exploração do ecoturismo; turismo cultural; turismo de eventos; turismo de lazer; turismo de esporte e aventura e turismo religioso.

O crescimento e expansão das estruturas para subsidiarem essas finalidades turísticas demandam impactos sociais e ambientais, uma vez que a atividade turismo implica, por meio de seus agentes públicos e privados na ordenação e ocupação, produção e reprodução do espaço geográfico, que é “resultado da ação dos homens sobre o espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1991, p. 71). Isso é percebido no sentido de sê-lo “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 21), ou seja, “[...] um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 15).

⁴ Vale destacar nesse processo de reprodução aqueles ligados à reprodução cultural, como é o caso dos padrões socioculturais e econômicos ligados ao Festival do *Fondue* realizado no Hotel Serrano, portanto em um espaço fechado/reservado e o Festival Gastronômico e Cultural, cuja principal paisagem é a constituição visual de barracas pela praça central, comercializando comidas típicas de outros lugares a preços fora dos padrões financeiros da população local. Em Martins, portanto isso se refere a um conjunto de objetos e ações contemporâneos modificando e/ou impactando a estrutura local, ou seja, a natureza econômica e social martinense.

No caso da construção dos mirantes destinados aos turistas percebe-se que houve um aumento significativo do fluxo de pessoas na “periferia” da cidade de Martins, fato que despertou a atenção de investidores para a região próxima a esses estabelecimentos, o que significou, e não poderia ser diferente, uma especulação imobiliária nas proximidades desses fixos. Assim, as residências construídas nas proximidades desses locais tiveram sua valorização alterada mediante a construção desses fixos.

Como aponta Gomes, Silva e Silva (2002), o turismo no Rio Grande do Norte iniciou-se com a construção da Via Costeira em meados da década de 1980, permitindo o desenvolvimento do turismo de massa no estado. Já com relação à Martins, a construção do Hotel Serrano, pelo governo do estado, no final da década de 1970, mas reaberto somente na segunda metade da década de 1990 pela iniciativa privada⁵ (rede de Hotéis Sabino Palace), conforme Linhares (2003) e Onofre Jr. (2005), juntamente com as construções dos Mirantes da Carranca (no ano de 1997) e do Canto (no ano de 1998), fecha o quadro ilustrativo da alteração espacial de Martins, pois áreas antes não exploradas pela ação antrópica com o intuito de aproveitar-se

⁵ Na cidade de Martins, a expansão de sua atividade turística se destaca, sobretudo, pelo intermédio da iniciativa privada, como é o caso dos hotéis, pousadas e mirantes existentes na cidade.

dos atrativos naturais, se tornaram berço do processo turístico na cidade. Tal realidade faz lembrar Santos (2009, p. 269):

Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã.

Portanto, foi a construção desses empreendimentos, juntamente com as dinâmicas dos programas voltados ao desenvolvimento do turismo verificadas no âmbito dessa atividade no país, no Nordeste⁶ e no estado, nos anos 1990, que a cidade de Martins foi incluída na rota turística do Rio Grande do Norte.

Martins tem no fluxo turístico municipal a causa para a aceleração de seu processo de urbanização nas áreas de entorno da cidade. Nisso é notório que o município e, sobretudo a cidade sofre com a especulação imobiliária que acaba

⁶ Sobre uma discussão aprofundada sobre políticas voltadas para o turismo e, em específico no Nordeste, ver Cruz, (2007), pois nos seus estudos sobre a geografia do turismo na Região Nordeste do Brasil, essa autora chama a atenção para as políticas de turismo incidentes sobre essa região, como a Política de Megaprojetos e o PRODETUR (NE), que tecem efeitos tanto nas capitais dos estados (Natal é um exemplo), como também sobre pequenas localidades do interior dessa região e, aqui, destaca-se Martins como reflexo desses processos.

repercutindo diretamente nas condições naturais locais existentes.

Essa realidade faz lembrar aquilo que Santos (1980, p. 163) afirma: “[...] cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente.” Isso significa que as mudanças e/ou alterações espaciais em um determinado espaço geográfico não podem passar despercebidas das intencionalidades ou finalidades que o ser humano impõe no espaço-tempo.

Martins vivencia, nesses primeiros anos do século XXI, uma proliferação de loteamentos, que, em sua maioria, resultam de áreas de plantações de cajueiros e demais fruteiras locais. Seduzindo-se pela lógica dos especuladores imobiliários, os donos de sítios vendem essas terras, pois para os loteadores isso representa as possibilidades de conversão do espaço rural em terra urbana, mais valorizada e comercializável em pedaços. Dessa forma, é nesse período que o agente imobiliário começou a atuar de forma mais visível na cidade, pois, até então, o grande agente produtor e reconstrutor do espaço urbano martinense era o Estado⁷, nas suas diversas

esferas e, também, os cidadãos comerciantes e sociedade civil em geral.

A vegetação abundante em termos de “fruteiras” sofreu impactos mediante a ação dos agentes imobiliários. Uma grande quantidade de jaqueiras, cajueiros, mangueiras, goiabeiras, pinheiras, dentre outras, passou a sofrer impactos/exterminada pela ação antrópica. Embora apresentando uma economia fortemente influenciada pelo setor de serviços, decorrente sobremaneira da atividade turística, cujo destaque é o ramo de hotelaria e restaurantes. O cultivo de fruticultura é importante, juntamente com as culturas de mandioca, milho e feijão e pecuária, embora a agricultura de subsistência constitua a base da economia martinense, sendo as principais culturas as de: milho, feijão, arroz, batata doce, mandioca e castanha de caju, somando-se à pecuária com destaque para criação de bovinos, equinos e suínos (IDEMA, 2008), praticadas, essas atividades, principalmente, nos sítios Canto, Frade, Amazonas, Umarizeira, Serra Nova, Picos dos Carros; Poção e Salva-Vidas.

Dessa forma, sua natureza precisa ser preservada, pois não se verifica um bom manejo e respeito aos resquícios naturais existentes, como se verifica com a Lagoa do Rosário, símbolo da cidade de Martins, uma vez que, foi em sua margem que se deu o povoamento da serra e

⁷ O Estado, na escala de organização municipal tem um papel fundamental na produção do espaço urbano em cidades pequenas, como é o caso de Martins. Esse papel pode ser exemplificado pelo processo de produção de moradias para atender as demandas habitacionais nestes centros urbanos, dentre outros processos.

encontra-se extremamente mal conservada, com esgotos depositados em seu interior.

As condições físico-climáticas que o município possui, são fundamentais aos empreendimentos turísticos, pois pelas paisagens naturais, fatores de atração turística à cidade e implementos turísticos, como são o caso dos dois mirantes mais conhecidos da cidade: o da Carranca e o do Canto, cuja vista panorâmica aponta para algumas cidades que ficam próximas, não se fariam senão mediante essas condições. Assim, Martins passa a ter os primeiros indícios de uma reorganização socioespacial voltada para a atividade turística. Uma urbanização turística, pode-se dizer, uma vez que as paisagens e outros atrativos naturais, como o clima, passaram a ser colocados no mercado em função de interesses não comuns. No dizer de Luchiari (1999, p. 17) *apud* Araújo (2002, p. 26),

a urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e o lazer.

Diante disso, percebe-se que a referida cidade insere-se nessa realidade apresentada por Luchiari. Apresentando um diferencial ecológico em relação as

outras cidades potiguaras, além de conter em sua paisagem resquícios da arquitetura portuguesa, Martins apresenta elementos em sua paisagem urbana resultante do que poderia se chamar de parte de uma urbanização turística. É o caso de residências de lazer, que se encontram pelos seus bairros, sobretudo: o Centro, Jocellyn Villar; Camboa, Lagoa Nova, Jacu, e José Elinas dos Santos, onde, também, estão concentrados alguns equipamentos turísticos como hotéis, pousadas, museu, igrejas, casa de cultura, restaurantes, praças etc..

Dessa forma, percebe-se que o processo de urbanização está se acentuando, ao longo da última década, pois constata-se empiricamente na *percepção geográfica do turismo* (XAVIER, 2007) aí desenvolvido, essas modificações: demolições, construção, desmatamento, loteamentos, etc. Isso chama a atenção para o fato da atividade turística ser aquilo que Xavier (2007, p. 20) assevera: “[...] atividade modificadora e organizadora do espaço geográfico”.

Esse fato chama a atenção do poder público para as questões do planejamento territorial, pois é de suma importância para um crescimento sustentável e organizado, sobretudo numa cidade que é reconhecida pela atividade turística. Para a elaboração dessa ação – planejamento territorial – é fundamental o levantamento do uso e

ocupação do solo, atentando-se sobremaneira para a forma como vem se dando esse processo e por quem, fato que não se percebe em Martins, pois não existe por parte do poder público local um plano territorial que tome por base a atividade turística presente no município e as ações decorrentes desta.

Atualmente, os principais agentes responsáveis pela produção de loteamentos são agentes externos à cidade de Martins, cujo destaque é dado à MN Imóveis da cidade de Mossoró (RN), que atua não somente no estado, em cidades como: Mossoró (RN), Baraúna (RN), Grossos (RN), Martins (RN) e Tibau (RN), mas também no Ceará: Icapuí (CE). Essa imobiliária tem vários projetos na cidade, indo de venda de terreno em condomínio, vendas de casas, e vendas de terrenos em loteamentos, como se pode constatar em conversa com membros da imobiliária e no site da mesma.

Quanto a isso é importante destacar que, segundo Ferraz (2001), de acordo com a vontade desses loteadores, são definidos e/ou construídos, na cidade, espaços ricos e espaços pobres, ou como essa autora chama “os bairros ricos” e os “bairros pobres”, no sentido de que esses sujeitos produtores do espaço urbano determinam os valores e tamanhos dos lotes, dependendo da sua localização, cabendo a quem tem maior ou menor poder aquisitivo

determinar o resto do processo, configurando, portanto, uma *diferenciação socioespacial* (DIAS e LIMA, 2012).

Nesse processo de produção e expansão urbana, o Estado é conivente, como constata-se em Martins, assistindo e/ou contribuindo para com/para o processo de *desenvolvimento desigual e combinado* (SMITH, 1998). Localizando-se nos interstícios urbanos, esses projetos imobiliários contam com todos os lotes vendidos e/ou à venda ou em fase de construção e de condição de aquisição por parte de quem tem uma condição material de existência maior; ao passo que aqueles que se localizam em posições menos privilegiadas, são mais baratos, e, portanto, vendidos a famílias menos abastardas. Dessa forma, não é temeroso afirmar que pelas características acima mencionadas, quando o processo de moradia estiver totalmente loteado e habitado, se terá uma paisagem resultante de um *espaço dividido* (SANTOS, 1979b), ou seria melhor afirmar isso, dadas essas condições?

Ademais com os incentivos e implantação dos programas de subsídio habitacional, verificados entre o governo federal, estadual e municipal, intensifica-se a construção de moradias/casas populares, a fim de atender às necessidades de moradia das pessoas de baixa renda, o que tem uma contribuição significativa no processo de expansão urbana da cidade, e

na lógica de (re)produção da esfera política local.

É sabido que no processo de ocupação espacial para a construção de moradias, nas sociedades não indígenas, a principal característica é a retirada da cobertura vegetal, ou seja, “limpeza” do terreno. Debruçando-se sobre esse processo em Martins, constata-se que a evolução da urbanização nessa cidade, sobretudo dos anos 1990 para cá, tem se tornado em significativo desafio no que tange ao processo de crescimento x preservação ambiental, mas que não tem atenção necessária por parte do poder local, uma vez que o processo de retirada da cobertura vegetal já se faz sentir pelos moradores, principalmente no que se refere a alteração do conforto térmico. Nesse sentido, o avanço desordenado da cidade em direção as zonas de vegetação, provoca perdas significativas ao meio ambiente local, como se pode mencionar o caso da destruição de nascentes de águas; a ameaça de extinção de espécies animais e vegetais nativos; o terreno fica mais vulnerável aos problemas de erosão, alteração do conforto térmico com o aumento de temperatura resultante do desaparecimento da vegetação que tem como função proteger o solo das agressões do Sol e da chuva. Enfim, são muitos os prejuízos à natureza resultantes da ação antrópica, pois não existe ação humana no espaço geográfico

que não cause impactos e/ou alterações do meio ambiente. Sejam essas ações ligadas à atividade agropastoril, ao turismo, sejam ligadas ao processo de moradia.

Estando seu território inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do rio Apodi-Mossoró, a cidade e município de Martins, em geral, apresenta rios e/ou cursos d’água temporários/intermitentes. Consequentemente mediante o processo de produção agrícola somado à ausência de planejamento no processo de urbanização municipal vem ocasionando um processo de degradação desses cursos hídricos, em que a retirada e/ou supressão da mata ciliar deixa o assoreamento dos mesmos como consequência ambiental negativa. Essa realidade evidencia a necessidade de práticas de controle ambiental, pois sendo o seu relevo não apropriado à prática de manejo verificada quanto ao plantio e pecuária, torna-se fundamental ações de combate por parte de órgãos competentes no sentido de controlar o uso dessas terras.

A retirada da vegetação mediante o processo de urbanização e agropecuária, acrescida de desmatamento concentrado e queimadas faz o município sofrer, seja com deslizamentos em épocas de chuva, dificultando o acesso à cidade, mudança climática da própria cidade, impactando a natureza e sociedade locais.

Em suma, diante de tudo o que foi discutido, nota-se que a estrutura da cidade

de Martins passou por profundas alterações, indo de demolições de prédios antigos para a construção de novos estabelecimentos, à criação de novos espaços, o que alterou sua paisagem e está alterando com as práticas recentes voltadas para a atividade turística, uma vez que passou-se a dar preferência às áreas de interesses a realização dessa atividade. Dessa forma, concorda-se com Araújo (2002, p. 47), quando se reportando a Carlos (1996) afirma que “Espaços que antes eram desocupados ou que tinham uma utilização muito específica para a população nativa, têm seu uso modificado, entrando como meros objetos no novo processo de comercialização surgido a partir da atividade turística”, ao passo que o próprio Estado na qualidade de Poder Público Municipal pode intensificar essa realidade quando, segundo seus interesses, distribui ao longo do tecido urbano, os equipamentos e serviços por meio dos investimentos em infraestrutura: água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação das ruas, local de lazer, entre outros, em espaços seletos. Isso implica em dizer que nem todas as áreas são igualmente privilegiadas, gerando distintas realidades socioespaciais, embora resultante de um mesmo processo. Assim sendo, a produção e expansão urbana em pequenas cidades materializada em sua configuração socioespacial não pode

passar despercebida das atividades e relações sociais e econômicas que o espaço vai empreendendo ao longo do tempo, como se pode perceber nesse trabalho acerca da cidade de Martins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido sobre o processo de (re)produção e expansão urbana em pequenas cidades, no caso de Martins, cuja a dinamicidade maior que movimenta esse processo atrela-se à atividade turística, uma realidade precisa ser levada em consideração pelos agentes desse processo. Tal realidade diz respeito à proteção e preservação dos recursos naturais do município⁸, uma vez que são de extrema importância, tanto para o desenvolvimento do próprio município, no sentido de que grande parte de sua economia gira em torno do turismo promovido pelas paisagens naturais e clima ameno, quanto para a manutenção de seu ecossistema inserido na Bacia Hidrográfica do rio Apodi-Mossoró.

Em função do atual processo de expansão urbana em Martins, pode-se verificar a existência de paisagens vulneráveis, fato que demanda cuidados e atenção no uso e ocupação do território.

⁸ Acerca de uma discussão mais aprofundada sobre a relação da atividade turística e recursos naturais, consultar o segundo capítulo da obra: *Fundamentos Geográficos do Turismo*, de Reinaldo Miranda de Sá Teles (2009, p. 43-74).

Ambientes que deveriam ser preservados e conservados, como é o caso dos sítios de fruticulturas existentes localmente estão em constante degradação em decorrência do processo de urbanização turística, o que requer a promoção de um processo de ordenação urbana urgente, a partir de estratégias de desenvolvimento urbano menos impactantes e, portanto menos agressivo ao meio ambiente local, onde se privilegie as potencialidades e as fragilidades do lugar nesse processo.

A atividade turística existente localmente depende das características do meio físico existente. Isso implica em restringir o uso e ocupação do solo ou elaborar-se plano(s) que visem preservar seus recursos naturais e garantir, assim a qualidade de vida de sua população. Em Martins, além da preocupação que a sociedade local e o poder público municipal devem ter com a perda da qualidade paisagística e desequilíbrios ecológicos decorrentes do desmatamento para construção imobiliária, deve-se também se ater, pois à questão da qualidade de vida da população e da preservação da cultura local, uma vez que são também fatores importantes.

Uma expansão urbana que respeite a qualidade ambiental, as potencialidades econômicas e sociais é o que falta a esta cidade e município potiguar. Dessa forma, sua zona rural carece de medidas que

primem pela promoção do desenvolvimento sustentável e ecológico, como fomento de atividades econômicas e implementação de infraestrutura para tal. Isso implica no fato da preservação e proteção de seu patrimônio cultural, material e imaterial, artístico, paisagístico, histórico, arqueológico, econômico e social, em que as estratégias de compatibilização da exploração e ocupação de seu solo devem ser repensadas.

Diversos problemas socioespaciais existentes nas pequenas cidades se dão em função da ordem econômica vigente e encontram-se intimamente ligados à organização de sua (re)produção espacial. A atividade turística nesse processo contribui para a cidade se especializar do ponto de vista dessa atividade, se inserindo na rede urbana e divisão territorial do trabalho regional e estadual. Essa realidade acarreta modificações profundas nos conteúdos e práticas socioespaciais da cidade, o que se reflete na forma como a lógica de organização do solo urbano se dar.

De uma maneira geral, a produção do espaço urbano nas pequenas cidades liga-se às dinâmicas maiores do capital em nível estadual, regional, nacional e global, o que implica novos desafios e soluções ao planejamento urbano e regional próprios para o caso dessas cidades, a fim de minimizar as desigualdades socioespaciais

e problemas decorrentes da forma como se dá a produção das mesmas, fator efetivo na obtenção de melhores condições sociais, econômicas e ambientais.

No processo de expansão urbana, a importância dada ao estudo do uso da terra encontra-se de fundamental importância e necessidade. Santos e Silveira (2002) colocam que a questão do uso do território está ligado à produção e também ao uso da informação e, por isso, a necessidade de reconhecer os seus produtores, possuidores e desvendar seus usos. Dessa forma, estando o uso do solo se revelando nas relações socioeconômicas do território (CORRÊA, 1989), os cuidados para com a assimilação da natureza e as modificações impostas precisam ser (re)pensadas.

Em Martins se vive um consumo do espaço, caracterizado dentre outros aspectos pelos elementos e atividades os quais este ensaio buscou desvelar. Consumo esse tal qual Santos (1985) entende, ou seja, um *consumo* do tipo *consumptivo* (aquele que esgota-se em si mesmo) e um *consumo produtivo*, no sentido de que há uma produção baseada no consumo do espaço, isto é, se consome produzindo. Tal realidade nos reporta a Rodrigues (1999, p. 63), para quem, baseada nas concepções de Milton Santos, afirma que “nos espaços de turismo observa-se a superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo

produtivo”. A apreciação das belezas e/ou “paisagens naturais” presentes na Serra de Martins (exemplo do *consumo consumptivo*), proporcionadas pelos mirantes que foram construídos e em construção, implica na destruição do ambiente natural, passado a ser ambiente geográfico e/ou objeto social, o que implica num *consumo produtivo*. Dessa forma, o processo de expansão urbana verificado atualmente em Martins está intimamente relacionado à atividade turística presente no município e cidade em particular, sendo esse espaço uma mercadoria complexa, muito embora parte do processo de produção e consumo do espaço, principalmente por agentes externos, mas não globais, cujos mesmos ligados direta ou indiretamente à atividade turística buscam se beneficiar. Nesse processo, o meio ambiente é alterado, se tornando relevantes os problemas socioambientais, já que os processos atrelados a essa atividade são combinados (elementos materiais e simbólicos, bem como as modificações socioespaciais são entrelaçadas) e contraditórios (destruição das especificidades locais, isto é, das características socioespaciais, ambientais e culturais).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. C. C. **Uma viagem insólita:** de um território pesqueiro a um

“paraíso” turístico. 198f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFRN, Natal, 2002.

AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de geografia urbana retrospectiva. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, v. 11, tomo I, 1954-1955, p. 168-184, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Equipamento urbano**: classificação. NBR, 9284, março de 1986. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BEZERRA, J. A.; LIMA, K. Q. de. Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial em Pau dos Ferros-RN. **Revista GEO Temas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, jan./jun., 2011. p. 43-54.

BLEY, L. A paisagem geográfica e a pintura da paisagem em Morretes. In: ANAIS. FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 4, **Anais...** Curitiba: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTRO, E. G. de. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001. Disponível em: www.ufrj.br/editora/Rch/Vol23%20n2/10%2001h04.pdf. Acesso em 28 de dez. 2012.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo, Contexto, 2004.

CORIOLO, L. N. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 93-103.

CÔRREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

_____. **Geografia do Turismo**: de Lugares a Pseudo-lugares. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas. São Paulo: Roca, 2007.

DIAS, F. M. F.; LIMA, D. A. de. Diferenciação socioespacial em pequenas cidades: o caso da cidade de Farol (PR). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 30, n. 3, 2012. p. 127-139.

FAISSOL, S. As questões espaciais. In: _____. **Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. p. 127-217.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção**: Vitória da conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2001.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, Fortaleza, número esp., dez./2010, p. 75 - 81.

GEIGER, P. P. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1963. (Coleção O Brasil Urbano).

GOMES, R. de C. da C. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado em organização do espaço). Rio Claro: UNESP, 1998.

GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da.; SILVA, A. B. da. **Estado, turismo e mercado de trabalho**. Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (129), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do agreste potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=25. Acesso em 16 de novembro de 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE (IDEMA). **Perfil de seu município/Martins**. V. 10. Natal: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos hídricos (SEMARH), 2008. p. 1-22.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste**. Diagnóstico. Volume 2, Natal-RN, ano 2006. 268p.

JUANICO, M. B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p. 24-35, jan./mar. 1977.

LINHARES, I. L. L. **Redescobrimo espaços, reencontrando culturas**: a interiorização do turismo no Rio Grande do Norte. 2003. 73p. Monografia

(Bacharelado em Turismo). Departamento de Ciências Administrativas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as pequenas cidades no Brasil. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. IX. 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de catalão (Go)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 513 f. Tese (Doutoramento em Geografia). Instituto de Geografia/UFU, Uberlândia/MG.

MORAIS, M. C. C. de. **Terras Potiguares**: Dinâmica Editora. Natal, 1998.

OLIVEIRA, B. S; SOARES, B. R. O papel das cidades locais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG) no contexto regional. **Revista Horizonte Científico**, PROPP/UFU, Uberlândia, 2002.

ONOFRE JR. M. **Martins**: a cidade e a serra. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2005.

PEREIRA, A. M. Reflexões sobre as pequenas cidades do norte de Minas Gerais (BR). ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15. 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 2008.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Hicitec, 1999.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. SERRAN, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.).

Olhares contemporâneos sobre o turismo. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

ROMÁN, G. M. La participación del turismo en la modificación del paisaje cultural de Malinalco, Estado de México. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 4, nº. 2. Cidade do México, 2006. p. 201-211. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/4206/PS060206.pdf>. Acesso em 27/06/2013.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. (Ciências sociais).

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5. AGB, 1988. p. 9-20.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A urbanização Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. (Estudos urbanos; 5).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).

SINGER, P. **Econômica política da urbanização.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, A. C. da. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. In: _____. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Hucitec, 1978. p. 100-103.

SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. Pequenas cidades: lugares geográficos do Rio Grande do Norte. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 7., 2001, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Não paginado.

SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (orgs.). **Pequenas cidades:** uma abordagem geográfica. Natal: Edufn, 2009.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Tradução de: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TELES, R. M. de S. **Fundamentos geográficos do turismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 83-106.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.